



# Santo Antônio do Leste

G O V E R N O M U N I C I P A L

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L  
FLS Nº 117  
RUBRICA

**De:** Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste  
**Para:** Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste  
**Ref.:** Tomada de Preços nº 011/2019 - Processo Licitatório nº 136/2019/ PMSAL  
**Tema:** contratação de empresa especializada na execução de obras de melhoria, modernização e implantação do sistema de iluminação pública com luminárias LED, conforme planilhas orçamentárias, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

Preliminarmente, temos que o **PARECER JURÍDICO** é sempre o procedimento de orientação formal e legal dos atos a serem praticados pela Administração Pública, quando solicitado por quem de Direito, e não é impositivo, nem vinculativo, não podendo adentrar no mérito da oportunidade e conveniência, exclusivos do gestor, não obstante ser imperativo que todo ato administrativo deve seguir e observar os princípios básicos da Administração Pública, quais sejam, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, além das normas específicas de cada caso concreto.

Ancorado no fato de que em tese o **PARECER JURÍDICO** nasce da observação do cumprimento dos princípios e normas do Direito Administrativo Público e, em cada caso concreto, da prática de todos os atos sucessivos desde a manifestação formal da necessidade do serviço ou produto pelo agente público competente para tal até homologação de todo o processo administrativo, é imperioso que tal **PARECER** seja emitido após a prática de todos os demais atos administrativos e, devidamente assinados por quem de Direito, pois que estar-se-á exatamente a se observar quanto à formalidade e legalidade de todos os atos praticados.

Com o exposto, em análise das formalidades dos atos administrativos que compõe este **Processo de Administrativo de Licitação nº 136/2019, Tomada de Preços nº 011/2019**, tendo como objeto a eventual prestação de serviços e consequente processo de pagamento de efetiva execução dos serviços supracitados, a equipe/comissão de Licitação do Município de Santo Antônio do Leste/MT, neste ato representada pelo servidor Eriks Matos da Silva, presidente da Comissão de Licitação, designada via Portaria nº 456/2019, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.327 – ano XIV, aos 03 de outubro de 2019, submete e requer a apreciação jurídica e emissão de respectivo **PARECER JURÍDICO o presente processo administrativo supra citado, com objeto acima citado.**

O presente Processo Administrativo teve início com a solicitação a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços, por seu titular, Sr. Edegar Menegassi, nomeado via Portaria Municipal de nº 005/2017, devidamente publicada em Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – nº 2.638 – ano XII – de 03/01/2017. Seguiu-se a partir daí todas as medidas legais e administrativas aptas à formalização pelos agentes competentes, quais sejam: ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Gerencia de Cidade, Coordenadoria de Compras, Secretaria de Finanças, Comissão de Licitação, vindo a esta Assessoria Jurídica para análise acerca da legalidade. Todos manifestaram-se formalmente nos termos requeridos e segundo suas competências, conforme consta nos autos deste

e-mail: prefeitura@santoantoniiodoleste.mt.gov.br



# Santo Antônio do Leste

GOVERNO MUNICIPAL  
Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L

FLS Nº

BUB

118

1008

Processo Administrativo, sendo que cabe a Assessoria Jurídica a análise da observância da legalidade nos atos, sendo que o faz nos termos deste PARECER.

## DA LEGALIDADE:

Todos os atos administrativos para serem praticados, além de observarem todas as regras e procedimentos próprios da administração pública e os específicos de cada procedimento, devem observar os Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e a não observância gera efeitos e sanções nas searas administrativa, civil e penal, conforme cada caso concreto e em desfavor dos agentes legalmente responsáveis nos termos das mesmas normas vigentes.

A Constituição Federal em seu artigo 22, inciso XXVII atrai para si a competência exclusiva de legislar sobre contratos e licitações públicas, por conseguinte, toda norma complementar, ordinária, regulamentadora de licitações e contratos devem seguir os parâmetros Constitucionais ali inseridos, tais como as Leis nº 8.666/93, nº 8.745/93, nº 10.520/02, etc.

No caso em tela, **Processo de Administrativo de Licitação nº 136/2019, Tomada de Preços nº 011/2019**, verifica-se que, formal e legalmente, todos os atos praticados no Processo de Licitação oforam com total observância aos princípios gerais da Administração Pública e aos preceitos normativos específicos do procedimento praticado, desde o primeiro procedimento até a atual fase processual. Na Administração Pública, temos que a regra geral é a prevista no Artigo 3º da Lei 8.666/93 que assim preceitua:

**Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**

Quanto ao presente processo de licitação, temos que esta modalidade de licitação – Tomada de Preços, segue princípios e regras gerais da Constituição Federal e Lei 8.666/93 supracitada e posteriores alterações legais.

Considerando que o objeto deste é formalizar e legalizar o procedimento para eventual execução dos serviços e consequente fatura e pagamento do objeto da licitação, por conseguinte viabilizando a competição, em análise formal e legal ratificamos todos os atos já praticados e opinamos pelo prosseguimento normal deste até a homologação.

## OBSERVAÇÕES:

1 - OBS.: Não obstante quando da análise da documentação para formação deste Processo de Licitação até a devida homologação, verificar-se a regularidade das proponentes e Certidões da empresa a ser contratada, tais Certidões não induzem necessariamente à regularidade para processo

e-mail: prefeitura@santoantoniодоleste.mt.gov.br



# Santo Antônio do Leste

GOVERNO MUNICIPAL

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L  
FLS Nº  
RUBR

119


de pagamento, por conseguinte se faz necessário a observância da citada regularidade também nesta oportunidade.

2 -OBS.: Todos os pedidos que demandem licitação em qualquer modalidade, devem ser previamente analisados pela equipe de licitação ou quem de direito quanto à existência de alguma licitação em vigência com o mesmo objeto e, caso exista, deve ser excluído do pedido de licitação a ser processado pela equipe de licitação.

**Pelo exposto, temos e havemos que o Processo Administrativo de Licitação nº 136/2019, Tomada de Preços 011/2019/PMSAL, em análise formal e legal dos procedimentos adotados, está apto para seguir-se os demais atos, até homologação e, após homologação, em sendo necessário, volte-se à Assessoria Jurídica eventual retificação do PARECER JURÍDICO e posterior publicação e consequente contratação.**

**É O PARECER!**

Santo Antônio do Leste, 05 de novembro de 2019.

  
**João Pedro Ramos de Oliveira**  
Procurador Jurídico  
OAB/MT 26.851/O